



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA:	Secretaria Municipal de Educação
ENDEREÇO:	Rua Hitler Acha Ayub, nº 01, Bairro Centro, Muqui – ES, Cep.: 29.480-000
TELEFONE:	28 31990456
E-MAIL:	administrativo.educacao@muqui.es.gov.br

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
a. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar? Sim
2. DO OBJETO
a. Aquisição e/ou contratação de gêneros alimentícios da Chamada Publica da Agricultura Familiar para atender as demandas das Escolas Municipais de Muqui -ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos anexos que o compõe.
b. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
c. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
3. TIPO DE CONTRATAÇÃO
a. Fornecimento de Bens/Materiais i. Chamada Publica da Agricultura Familiar (Dispensa de Licitação – Lei n.º 11.947/2009)
b. Se prestação de serviço, o mesmo trata-se de natureza de execução continuada? Não
4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Não
5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Não
6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS
a. Será admitida a participação de consórcios de empresas? Não
7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a. **Justificativa e objetivo da contratação/ aquisição.**

Justificamos o referido pedido considerando que A aquisição se faz necessária, para a utilização nas Escolas e Creches Municipais, na elaboração de Alimentação Escolar, como preconizado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a utilização de 30% para a Agricultura Familiar por um período de um ano, de acordo com a demanda da merenda escolar. Promover Alimentação Escolar às escolas municipais, de forma a atender as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que visa atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

i. **O objeto da contratação**

Para aquisição de gêneros alimentícios da Chamada Publica da Agricultura Familiar para atender as demandas das Escolas Municipais de Muqui - ES.

b. **Razão da contratação/ aquisição.**

- i. A contratação da agricultura familiar é uma forma de garantir o direito à alimentação de qualidade dos alunos da rede pública municipal de ensino.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

a. A alimentação escolar é direito dos alunos e dever do Estado; Os alimentos solicitados são importantes para uma dieta saudável, pois são fontes de micronutrientes, fibras e de outros componentes com propriedades funcionais. No campo das políticas de alimentação e nutrição, a promoção do consumo de hortaliças e frutas ocupa posição de destaque dentre as diretrizes de promoção de alimentação saudável. Além da segurança alimentar proporcionada aos discentes, o PNAE oportuniza às iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, democratizando e descentralizando as compras públicas e criando mercado para os pequenos produtores, fortalecendo e diversificando a economia local e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é um eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no país, apoiado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo a utilização de alimentos variados, seguros e que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; De acordo com a Lei 11.947/2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e cooperativas ou de suas organizações. Por todo o exposto, a Secretaria Municipal de Educação pretende utilizar a solução a ser escolhida como ferramenta legal de contratação dos serviços ora em debate, por meio de procedimento licitatório, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, baseado no planejamento detalhado da gestão e operacionalização dos serviços prestados.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a. **Critérios de sustentabilidade:**

GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b. Cópia do extrato do **CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar)**
- c. Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Federal (Certidão da SRF e Certidão da Dívida Ativa - Procuradoria da Fazenda), ou Certidão Conjunta;
- d. Prova de Regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- e. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- f. Certidão Negativa de Débitos Municipal (CNDM);
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- h. Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou cópia simples mediante apresentação dos originais para autenticação pela CPL ou por publicação Oficial.
- i. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- j. Declaração de que os produtos ofertados, são de boa qualidade;
- k. Declaração de atendimento às exigências legais e regulatórias;
- l. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria;

GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES

- a. Cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b. Cópia da FACA (Ficha de Atualização Cadastral Agropecuária), com a Inscrição Estadual iniciando com 110 e 111 (cento e dez e/ou cento onze);
- c. Cópia do extrato do **CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar)**. da Agricultura Familiar - PRONAF), ou extrato do CAF, de cada Agricultor Familiar participante;
- d. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- e. Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Federal (Certidão da SRF e Certidão da Dívida Ativa - Procuradoria da Fazenda), ou Certidão Conjunta;
- f. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- g. Certidão Negativa de Débitos Municipal (CNDM);
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- i. Declaração de que os produtos ofertados, são de boa qualidade;
- j. Declaração de atendimento às exigências legais e regulatórias;
- k. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria;



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FORNECEDOR INDIVIDUAL NÃO ORGANIZADO EM GRUPOS

- a. Cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b. Cópia da FACA (Ficha de Atualização Cadastral Agropecuária), com a Inscrição Estadual iniciando com 110 e/ou 111 (cento e dez e/ou cento onze);
- c. Cópia do extrato do **CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar)**, de cada Agricultor Familiar participante;
- d. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (de acordo com Anexo IV - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013).
- e. Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Federal (Certidão da SRF e Certidão da Dívida Ativa - Procuradoria da Fazenda), ou Certidão Conjunta;
- f. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- g. Certidão Negativa de Débitos Municipal (CNDM);
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- i. Declaração de que os produtos ofertados, são de boa qualidade;
- j. Declaração de atendimento às exigências legais e regulatórias;
- k. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria;

b. Da exigência de amostra:

- i. Considerando o objeto deste processo e as informações presentes no Estudo Técnico Preliminar não se faz necessária a apresentação das seguintes amostras: Produtos como carne, embutidos, iogurte, polpa de fruta, mariola e cereais deveram conter data de fabricação, prazo de validade, temperatura e rotulagem. Deveram ser entregue amostras de todos os itens presentes no edital.

c. Da subcontratação:

- i. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

d. Da garantia da contratação:

- i. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a. Condições de entrega e/ou execução do objeto:

- i. O prazo de entrega dos bens é de 7 dias, contados do(a) envio da ordem de compra enviada pelo setor competente.

b. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- i. Depósito da merenda Casa do Mel, Rua Coronel Matheus Paiva, Bairro Santo Agostinho, s/n, anexo a exposição, Muqui – ES, CEP 29480-000. e-mail: educacao@muqui.gov.br. Ou em outro local dentro do âmbito Municipal a critério do Setor requisitante, conforme pedido efetuados; sendo que a empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para efetuar a entrega. Os pedidos poderão ser encaminhados via e-mail, ou efetuado via telefone pela Nutricionista da Secretaria Municipal de



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Educação.

c. Garantia, manutenção e assistência técnica:

- i.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- g.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- i.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- i.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- v.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- v.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- h. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- i. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- j. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- k. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- l. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- m. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- n. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- o. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- a. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- b. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

d. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

e. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

f. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

g. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

h. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

i. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a. **O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de:**
Contratação Direta
- i. Se selecionado licitação:
Não Aplicável
- i. Se selecionado contratação direta:
Dispensa de Licitação
Com fundamento na hipótese do art. 75., Inciso da Lei n.º 14.133/2021.
- i. Se selecionado instrumento auxiliar:
Não Aplicável
- b. **Sob a forma:**
Presencial
- c. **Com adoção do critério de julgamento pelo:**
- i. O critério de julgamento adotado será através de análise de Projetos de venda, conforme previsto na legislação de regência e respectivo edital.
- d. Sistema de Registro de Preços?
Não
- e. **Regime de execução em obras e serviços de engenharia:**
Não Aplicável
- f. **Critério de divisão e/ou alocação dos itens que compõem a aquisição e/ou contratação:**
Item
- g. **Habilitação Jurídica:**
- i. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

h. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB);**
- **Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);**
- **Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa licitante;**
- **Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante;**
- **Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento à Lei nº 12.440/2011;**
- **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.**

i. Qualificação Econômico-Financeira:

- **Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial,** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio eletrônico através de sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;
- **Caso a licitante apresente Certidão Positiva, poderá participar, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado, em atendimento ao PARECER/CONSULTA TC Nº 008/2015 - PLENÁRIO - PROCESSO - TC-3519/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.**

j. Qualificação Técnica:

- **Não aplicável a presente contratação.**

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- a. O custo estimado total da contratação e/ou aquisição é de **R\$ 322.281,50 (trezentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).**



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação tem previsão no Planejamento Estratégico da Administração, no Plano Anual de Contratações, bem como na Lei Orçamentária Anual. As despesas inerentes a este Termo de Referência correrão à conta das dotações.

Secretaria de Educação

Ficha Orçamentária

0004001.12360600132.067 – FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

33903000000 – Material de consumo – 1552000000000 – transferência de recursos **do FNDE** referentes ao Programa Nacional da Alimentação Escolar – **PNAE** – **Fonte 1552000000000 - Ficha 0000121**

0004001.12360600132.068 - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA AS PRÉ ESCOLAS

33903000000 - Material de consumo – 1552000000000 – transferência de recursos **do FNDE** referentes ao Programa Nacional da Alimentação Escolar – **PNAE** – **Fonte 1552000000000 - Ficha 0000122**

004001.12360600132.069 – FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA AS CRECHES

33903000000 - Material de consumo – 1552000000000 – transferência de recursos **do FNDE** referentes ao Programa Nacional da Alimentação Escolar – **PNAE** – **Fonte 1552000000000 - Ficha 0000123**

004001.12360600132.070 - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE

33903000000 – Material e consumo – 1552000000000 - transferência de recursos **do FNDE** referentes ao Programa Nacional da Alimentação Escolar – **PNAE** – **Fonte 1552000000000 – Ficha 0000124**

16. DO REAJUSTE

- a. Os preços serão expressos em reais e fixos e irrevogáveis, durante a vigência do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a. As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente.

18. INDICAÇÃO DOS FISCAIS

- a. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):

i. Fiscal técnico:

Titular: **Ozias de Souza**

Silva

Nome: Ozias Souza

Silva

Cargo/Função: Braçal

Lotação: Responsável

pelo recebimento das

mercadorias e entrega nas

escolas

Matrícula: 007973

Muqui -ES

05 de Maio de 2026

19. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Graciela Casagrande Athaides

Nutricionista Responsável Técnica

Rita de Cassia Prucoli

Secretária Municipal de Educação